



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DA CONCEIÇÃO-TO ESTADO DO TOCANTINS

Política de Privacidade

O Portal do Cidadão se compromete a proteger a privacidade e a segurança dos cidadãos que o visitam.

Política de privacidade on-line

Coleta e divulgação de informação: Para garantir que possamos nos comunicar corretamente com os cidadãos que nos acessam, algumas informações serão coletadas para que possam ser associadas a uma pessoa específica. A isso chamamos de “Informação pessoal”, a qual inclui, a fins de esclarecimento, nomes, endereços, números de telefone e endereços de e-mail.

Toda informação pessoal será coletada com a permissão daqueles que solicitem receber e-mail ou outros serviços nossos. Toda informação pessoal será coletada para fornecer àqueles que assim permitirem informação precisa através de e-mail sobre atualizações em publicações e notificações de andamento de solicitações e manifestações.

É de nossa política geral não divulgar qualquer informação pessoal a quaisquer outros entes além dos servidores desta instituição, assessores e representantes legalmente constituídos.

Alguns serviços oferecidos requerem cadastros mais detalhados, como exemplo a solicitação de informação, a manifestação na Ouvidoria, entre outros. Para tais serviços mantemos banco de dados específico protegido e com acesso restrito. Recomendamos aos usuários o não compartilhamento de seu login e senha, ou protocolos e códigos de acesso para terceiros, buscando assim o maior controle desses dados.

As informações pessoais requeridas nesses cadastros obedecem as disposições das Leis 12.527/12 e 13.460/17 quanto à identificação pessoal, configurando-se dados obrigatórios. Dados sensíveis estão dispostos nos formulários de cadastro, sendo seu preenchimento de caráter opcional, e servem exclusivamente para a criação de relatórios estatísticos, conforme requisitados nas citadas legislações. O cidadão também poderá autorizar o registro de sua geolocalização, utilizada nas estatísticas de acessos do portal.

Finalidade das informações: Usamos as informações que coletamos para aprimorar os serviços oferecidos, sanar falhas em sistemas de atendimento e, ainda, desenvolver novas soluções para trazer mais agilidade e conforto ao dia a dia dos cidadãos.

Cancelamento e modificação de informações: Inscritos em nossa lista de e-mail podem cancelar suas inscrições através de um link presente no fim de cada e-mail enviado pelo Portal do Cidadão.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DA CONCEIÇÃO-TO ESTADO DO TOCANTINS

Visualização da informação coletada pelo site: É feito o registro de endereços IP, com localizações de computadores ou redes na Internet, para posterior análise a fim de conhecer números de acessos de páginas, e se obter a popularidade de algumas páginas a fim de otimizar a experiência dos cidadãos no portal. Não é coletada, solicitada ou registrada qualquer informação pessoal dos usuários de Internet através desses processos.

Cookies: Os cookies são uma minúscula quantidade de informações armazenadas pelo navegador do usuário que ajuda um site ou serviço a reconhecer o único computador deste usuário, e podem armazenar dados necessários à operacionalização de aplicações. É possível remover ou bloquear cookies alterando as configurações de seu navegador.

Cookies específicos de algumas seções podem ser usados pelo Portal do Cidadão para melhorar a experiência do usuário, a fim de medidas básicas da web. Com a utilização destes cookies é possível realizar a organização de menus, a ativação de login de usuários e o acompanhamento de protocolos.

Privacidade das listas de e-mail: Conforme foi mencionado, fazemos uso de listas de e-mail para manter aqueles que permitem, desejam e têm interesse em se manter informados sobre tópicos importantes, para as quais estes devem solicitar inclusão. O programa do servidor destas listas é configurado de modo a recusar a divulgação dos endereços de e-mail de nossa lista de inscritos a qualquer outro que não aquele autorizado por nós. No entanto, não somos autores do programa e, portanto, responsáveis por quaisquer falhas no programa para preservar o anonimato do inscrito.

Segurança: Fazemos uso de uma série de garantias físicas, eletrônicas e metodológicas para proteger informações pessoais. Fazemos uso de ferramentas e técnicas comerciais para garantir a proteção contra acessos não-autorizados ao nosso sistema. Também restringimos o acesso à informação pessoal àqueles que a necessitam no decorrer de suas atividades para nós. Suas próprias garantias para fazer a proteção contra acessos não-autorizados têm papel importante na proteção da segurança de suas informações pessoais. Sempre que terminar de usar um computador compartilhado, saia de sua conta e sempre faça log out de qualquer site no qual seja possível visualizar suas informações pessoais. É possível que tenhamos links para sites exteriores dos quais não temos controle. Não somos responsáveis pelo conteúdo ou pela política de privacidade de tais sites. Usuários devem checar a política de privacidade de cada site.

Mudanças nesta política de privacidade: Esta política de privacidade será revisada e atualizada se mudanças ocorrerem em nossas práticas, ou se desejarmos uma melhor maneira de lhe informarmos sobre estas. Visite esta página constantemente para obter informações atualizadas, assim como a data de quaisquer mudanças. Se esta



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DA CONCEIÇÃO-TO ESTADO DO TOCANTINS

política de privacidade for alterada, nova política de privacidade será colocada no Portal do Cidadão com a devida alteração da data no fim da página. Mudanças nesta política de privacidade não se aplicam de modo retroativo.

Versão publicada em 25 de agosto de 2021

TERMOS DE USO

Materiais produzidos pela Instituição contidos neste site não estão protegidos por direitos autorais. A Instituição pode receber e manter tais direitos transferidos por atribuição, legado ou outro meio.

Licença Creative Commons

Exceto onde for apontado de outra forma, conteúdos de terceiros neste site estão sob a Licença de Atribuição Creative Commons 3.0. Visitantes deste site concordam em conceder uma licença não-exclusiva, irrevogável e sem direito controlado ao resto do mundo por submissão ao Portal do Cidadão, sob a Licença de Atribuição Creative Commons 3.0.

O Portal do Cidadão respeita a propriedade intelectual de todos e pede aos usuários de nosso site que façam o mesmo. O Portal do Cidadão adotou uma política de cancelamento, sob circunstâncias apropriadas e sem restrições, para usuários ou donos de contas que estejam comprovadamente repetindo transgressões. Também temos a permissão de, sem restrições, limitar o acesso ao site ou cancelar contas de quaisquer usuários que transgridam direitos da propriedade intelectual de terceiros, quer tenha havido repetidas transgressões ou não.

Lei Geral de Proteção de Dados

A Lei Federal nº. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) institui a política de proteção de dados pessoais

Responsável / Encarregado: LARISSA PEREIRA LIMA

Telefone: (63) 992794821 | (63)3691-1600

E-mail: camara@riodaconceicao.to.leg.br

Matrícula: 37

A LGPD (Lei Federal nº. 13.709/2018) prevê três atores relacionados com o tratamento de dados pessoais: o controlador, o operador e o encarregado.

controlador é pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DA CONCEIÇÃO-TO ESTADO DO TOCANTINS

O **operador** é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

O **encarregado** é pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Competências do Encarregado (art. 41):

§ 1º A identidade e as informações de contato do encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador.

§ 2º As atividades do encarregado consistem em:

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e

IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

§ 3º A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares sobre a definição e as atribuições do encarregado, inclusive hipóteses de dispensa da necessidade de sua indicação, conforme a natureza e o porte da entidade ou o volume de operações de tratamento de dados.